

Termo de Referência 33/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	200354-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MS	DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS FLORES	13/04/2026 12:03 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	13/2025	08335.009697/2025-71

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto da Contratação

1.1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), a ser executado de forma contínua, por meio de tecnologia de **Tronco SIP (Session Initiation Protocol)**, para prover a comunicação de voz (local, Longa Distância Nacional - LDN, e Longa Distância Internacional - LDI) para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS).

1.1.2. A solução deverá ser instalada na sede da SR/PF/MS e contemplará uma capacidade total de **500 (quinhentos) ramais com Discagem Direta a Ramal (DDR)** e uma garantia de tráfego para, no mínimo, **30 (trinta) ligações simultâneas** (entrada ou saída).

1.1.3. A contratação inclui a disponibilização de um **link de acesso dedicado e exclusivo** para a prestação do serviço, a ser integralmente fornecido, gerenciado e mantido pela CONTRATADA, cujo custo deverá estar incluso no valor da assinatura mensal.

1.1.4. O valor global estimado para esta contratação, para um período de 60 (sessenta) meses, é de **R\$ 519.960,00 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e sessenta reais)**, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 28/2025 e consolidado na tabela abaixo:

Tabela 1: Detalhamento de Itens, Quantidades e Valores Estimados (60 Meses)

Item	Especificação / Descrição do Serviço	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade Total (60 meses)	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Serviço Fixo Mensal: Assinatura de Tronco SIP com 30 canais simultâneos, faixa de 500 ramais DDR e link de acesso dedicado.	27731 / 26107	Mês	60	2.916,00	174.960,00
2	Franquia de Minutos: Ligações Locais Fixo-Fixo (STFC-LOCAL FF)	26115	Minuto	600.000	0,04	24.000,00
3	Franquia de Minutos: Ligações Locais Fixo-Móvel (STFC-LOCAL FM - VC1)	26123	Minuto	600.000	0,15	90.000,00
4	Franquia de Minutos: Ligações LDN Fixo-Fixo (STFC-LDN FF)	26131	Minuto	900.000	0,08	72.000,00
5	Franquia de Minutos: Ligações LDN Fixo-Móvel (STFC-LDN FM - VC2 e VC3)	26140	Minuto	600.000	0,25	150.000,00
6	Franquia de Minutos: Ligações LDI Fixo-Fixo e Fixo-Móvel (STFC-LDI)	26158	Minuto	6.000	1,50	9.000,00
VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO (60 MESES)						R\$ 519.960,00

Fonte: ETP 28/2025 (Seções 7 e 13). O Item 1 da tabela acima aglutina os custos de assinatura dos canais SIP, da faixa DDR e do link de acesso dedicado, conforme ETP.

1.2. Classificação do Objeto

1.2.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), por se tratar de solução padrão de mercado, amplamente disponível e tecnicamente madura.

1.2.2. O serviço é enquadrado como **continuado**, tendo em vista que constitui um canal de comunicação indispensável e de uso contínuo, sendo um pilar fundamental para a execução das atividades finalísticas e administrativas da Polícia Federal, cuja interrupção representa um risco direto à continuidade das atividades do órgão.

1.3. Prazo de Vigência Contratual

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados do Recebimento Definitivo (ativação do serviço), prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses no total, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da Necessidade da Contratação

2.1.1. A presente contratação justifica-se por ser um pilar fundamental para a execução das atividades finalísticas e administrativas da SR/PF/MS. A comunicação telefônica é vital para a coordenação de ações policiais, articulação com o Poder Judiciário e Ministério Público, intercâmbio com outras forças de segurança e atendimento ao público.

2.1.2. A motivação central é a premente necessidade de **modernização tecnológica e mitigação de riscos operacionais**. A tecnologia atualmente utilizada em muitas repartições, baseada em troncos digitais E1, encontra-se em avançado estado de obsolescência. O mercado de telecomunicações está progressivamente descontinuando o suporte e a manutenção para esta infraestrutura legada, o que resulta em dificuldade para reposição de peças e, mais criticamente, aumenta a vulnerabilidade a falhas e interrupções prolongadas.

2.1.3. A adoção da tecnologia de Tronco SIP (baseada em IP) alinha a Superintendência às práticas modernas, eficientes e seguras do mercado, utilizando a infraestrutura de rede de dados IP já existente no órgão, garantindo um sistema de comunicação robusto e preparado para os desafios futuros.

2.2. Alinhamento ao Planejamento

2.2.1.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000024/2026
- II. Data da publicação no PNCP: 12/05/2025
- III. ID do item no PCA: 152 E 153
- IV. Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS
- V. Identificador da Futura Contratação: 200354-2/2026

2.2.2. Esta contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital e em estrita consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027 da Polícia Federal, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2: Alinhamento ao PDTIC 2024-2027

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2027	
	ID Nec
	N6
	ID Ação
	A94
	A77

Fonte: PDTIC 2024-2027 (Quadro 9). A gestão destas ações está a cargo do Serviço de Telecomunicações (SETEL/DTI).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição da Solução de TIC

3.1.1. A solução de TIC consiste na prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), a ser executado de forma contínua, por meio da tecnologia de **Tronco SIP (Session Initiation Protocol)**. A solução deverá ser completa e funcional, contemplando todos os elementos necessários para a comunicação de voz da SR/PF/MS com a rede pública de telefonia.

3.1.2. A solução compreende:

- **Tecnologia e Capacidade:** Fornecimento de um Tronco SIP com capacidade para, no mínimo, 30 canais simultâneos para chamadas de entrada e saída.
- **Numeração:** Disponibilização de uma faixa numérica com 500 números sequenciais para o serviço de Discagem Direta a Ramal (DDR).
- **Abrangência do Tráfego:** Inclusão do tráfego de chamadas para Ligações Locais (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel - VC1), Ligações de Longa Distância Nacional (LDN - Fixo-Fixo e Fixo-Móvel - VC2 e VC3) e Ligações de Longa Distância Internacional (LDI).

3.2. Justificativa Técnica da Solução (Soluções Inviáveis)

3.2.1. A escolha da solução de Tronco SIP foi definida no ETP após a análise e descarte de alternativas tecnicamente inviáveis para o contexto da Polícia Federal:

- **Solução Inviável 1: Manutenção de Tecnologia Legada (Tronco E1).** Descartada por ser tecnicamente e operacionalmente inviável a longo prazo. A crescente obsolescência da tecnologia E1 resulta em um ecossistema de suporte em declínio, com altos custos de manutenção e um risco elevado e iminente de falhas catastróficas e descontinuidade do serviço.
- **Solução Inviável 2: Contratação de PABX em Nuvem (Cloud PBX).** Descartada por transferir totalmente o controle da comutação telefônica para um provedor externo, o que é considerado inadequado para uma organização de segurança pública que necessita de autonomia sobre sua infraestrutura crítica. Adicionalmente, esta solução inviabilizaria a integração com redes de comunicação privadas e legadas do Governo Federal (análogas à RITEx, utilizada pelo Exército Brasileiro), que permitem a comunicação sem custos entre diferentes organizações de segurança e defesa, gerando a perda de uma importante fonte de economicidade e interoperabilidade.

3.2.2. A solução de Tronco SIP (Solução Escolhida) representa o equilíbrio ideal, pois moderniza a conexão externa (gateway) com a rede pública, ao mesmo tempo em que preserva o controle interno da comutação no PABX existente na SR/PF/MS, aproveitando os investimentos já realizados e mantendo a capacidade de integração com redes governamentais privadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá atender integralmente aos seguintes requisitos:

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. Comunicação Ininterrupta e de Qualidade: Garantir a capacidade de efetuar e receber chamadas locais, LDN e LDI (fixo e móvel) com alto padrão de qualidade de áudio, sem ruídos, interrupções ou congestionamento de canais.

4.1.2. Escalabilidade e Flexibilidade: Suportar a demanda atual de 30 chamadas simultâneas e 500 ramais DDR, com capacidade de a solução se adaptar a futuras mudanças na demanda de forma ágil.

4.1.3. Eficiência Operacional: Otimizar recursos, permitindo que o tráfego de voz seja cursado através da rede de dados IP já existente na SR/PF/MS, eliminando a necessidade de manter circuitos físicos E1 obsoletos.

4.1.4. Centralização e Simplificação da Gestão: Consolidar todos os componentes do serviço (assinatura do tronco, faixa DDR, link de acesso e tráfego de minutagem) em um contrato único e sob a responsabilidade de um único fornecedor, facilitando a fiscalização e a gestão administrativa.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos, visto que a operação (discagem) pelos usuários finais permanece inalterada.

4.3. Requisitos Legais e Regulatórios

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, e demais legislações aplicáveis.

4.3.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comprovar ser detentora de outorga válida da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade de serviço local, longa distância nacional e longa distância internacional, na área de prestação correspondente à Região II / Setor 28 do PGO, que inclui o estado do Mato Grosso do Sul.

4.3.3. A CONTRATADA deverá observar, em especial durante a execução contratual, o cronograma e as obrigações de tarifação e estruturação de rede impostas pela Resolução nº 768, de 19 de agosto de 2024 (que aprova o Regulamento de Áreas Locais para o STFC) 2 e pela Resolução nº 783, de 3 de setembro de 2025 (que aprova o Plano Geral de Metas de Competição - PGMC).

4.4. Requisitos de Arquitetura Tecnológica e Implantação

4.4.1. Protocolo: A solução deve ser nativamente baseada no protocolo SIP (Session Initiation Protocol).

4.4.2. Compatibilidade: A tecnologia de Tronco SIP a ser fornecida deve ser plenamente compatível e interoperável com a central telefônica PABX (Private Automatic Branch Exchange) baseada em tecnologia VoIP que já se encontra em operação na SR/PF/MS. A solução deve se integrar de forma transparente, sem exigir a substituição ou modificações complexas no PABX atual.

4.4.3. Infraestrutura de Acesso: A CONTRATADA será responsável por fornecer, instalar e manter, sem custo adicional (custo incluso no Item 1 da Tabela 1), um link de comunicação de dados dedicado e exclusivo para a prestação do serviço, com qualidade e capacidade (QoS) para suportar o tráfego de 30 chamadas simultâneas.

4.4.4. Portabilidade: A CONTRATADA deverá garantir a portabilidade numérica de todas as faixas e números atualmente em uso pela SR/PF/MS, sem ônus para a CONTRATANTE e em conformidade com as normas da ANATEL, se assim for requisitado.

4.4.5. Prazo de Implantação: O prazo máximo para a instalação completa, configuração, testes, portabilidade e ativação do serviço será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço (OS).

4.5. Requisitos de Transição Tarifária (Resolução Anatel nº 768/2024)

4.5.1. A execução do contrato abrange o cronograma de implementação da Resolução Anatel nº 768/2024. A CONTRATADA deverá adequar a prestação do serviço e a tarifação em duas fases distintas, sem ônus para a CONTRATANTE:

4.5.2. Fase 1: Alocação de Ramais DDR (Da ativação do contrato até 30 de maio de 2026)

- Durante a Fase 1, a tarifação obedecerá à estrutura de áreas locais vigentes antes da referida resolução. As chamadas entre os municípios listados abaixo serão tarifadas como Longa Distância Nacional (LDN - Itens 4 e 5 da Tabela 1).
- Para atender a esta estrutura, a CONTRATADA deverá alocar e ativar os 500 ramais DDR nos blocos de numeração correspondentes aos seguintes municípios, conforme solicitado:

Tabela 3: Distribuição de Ramais DDR (Fase 1)

Bloco	Município	Quantidade de Ramais DDR
1	Campo Grande	200
2	Dourados	100
3	Ponta Porã	50
4	Corumbá	50
5	Naviraí	50
6	Três Lagoas	50
Total		500

4.5.3. Fase 2: Unificação da Área Local (A partir de 31 de maio de 2026)

- Em cumprimento ao cronograma de implementação da **Resolução Anatel nº 768/2024**, a partir de **31 de maio de 2026** (data prevista para o DDD 67), a área local do STFC será unificada para coincidir com os limites geográficos do código de área.
- A partir desta data, **todas as chamadas originadas e destinadas dentro do código de área 67** (ex: Campo Grande para Dourados) deverão ser automaticamente consideradas e tarifadas como **Ligações Locais** (STFC-LOCAL FF ou FM), conforme os valores unitários definidos nos Itens 2 e 3 da Tabela 1.
- A CONTRATADA deverá realizar todas as adequações técnicas (roteamento) e de faturamento necessárias para esta transição, de forma automática, sem ônus para a CONTRATANTE e sem necessidade de celebração de Termo Aditivo, visto tratar-se de obrigação regulatória.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.6.1. A solução deve incorporar mecanismos de segurança em conformidade com as políticas e normas da Polícia Federal, garantindo a confidencialidade e a integridade do tráfego de voz, prevenindo acessos não autorizados e interceptações.
- 4.6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações da CONTRATANTE de que venha a ter conhecimento.

4.7. Subcontratação

- 4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, dada a natureza crítica e de segurança do serviço para a Polícia Federal.

4.8. Garantia da Contratação

- 4.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total** da contratação (R\$ 25.998,00), com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Obrigações da CONTRATANTE

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante (se couber) do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço;
- 5.1.3. disponibilizar a infraestrutura interna (rede IP e PABX) necessária para a interconexão do Tronco SIP;
- 5.1.4. aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos, desde que cumpridos os Níveis de Serviço.

5.2. Obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato;
- 5.2.3. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação, em especial a **Outorga da ANATEL** para STFC na Região II /MS;
- 5.2.4. reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE por culpa ou dolo de seus representantes;
- 5.2.5. garantir a prestação do serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme SLAs definidos na Seção 7;
- 5.2.6. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual (se aplicável);
- 5.2.7. realizar a transição tarifária automática prevista no item 4.5.3 (Res. Anatel nº 768/2024).
- 5.2.8. Disponibilizar o Portal de Gestão e Bilhetagem em pleno funcionamento desde o início da prestação do serviço.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução e Implantação

- 6.1.1. A execução do contrato terá início com a emissão da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE.
- 6.1.2. A CONTRATADA deverá cumprir o Prazo de Implantação de 30 (trinta) dias corridos (definido como SLA-04 na Seção 7), que inclui:
- A instalação física e lógica do link de acesso dedicado na SR/PF/MS.
 - A configuração do Tronco SIP (30 canais).

- A ativação e configuração dos 500 ramais DDR, conforme a distribuição da Tabela 3 (Fase 1).
- A realização de testes de validação (chamadas de entrada e saída, LDN, LDI) em conjunto com o Fiscal Técnico.

6.1.3. O serviço será prestado de forma ininterrupta, **24** horas por dia, **7** dias por semana, **365** dias por ano.

6.1.4. A CONTRATADA é responsável pela manutenção proativa e corretiva de todos os componentes sob sua gestão (link de acesso e plataforma de comutação SIP) para garantir a disponibilidade de 99,5%.

6.1.5. Manutenções programadas que possam causar interrupção do serviço deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 48 horas e executadas em Janelas de Manutenção de baixa criticidade (fins de semana ou madrugadas).

6.2. Mecanismos Formais de Comunicação

6.2.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação a Ordem de Serviço, o Portal de Chamados fornecido pela CONTRATADA (para suporte técnico) e o e-mail institucional (para comunicações administrativas).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscais do Contrato (Técnico e Administrativo), designados pela CONTRATANTE, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94/2022.

7.2. O pagamento mensal estará condicionado ao atendimento dos Níveis de Serviço definidos na tabela abaixo, que constitui o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Art. 19 da IN 94/2022.

7.3. O descumprimento dos indicadores resultará em glosa (desconto) no pagamento mensal do Item 1 (Serviço Fixo Mensal), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Seção 9.

Tabela 4: Níveis de Serviço (SLA) / Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

ID	Indicador	Descrição	Meta (Mínimo Aceitável)	Forma de Aferição	Penalidade (Glosa)
IMR-01	Disponibilidade Mensal do Serviço	Percentual de tempo em que o Tronco SIP (incluindo o link de acesso) esteve disponível para originar e receber chamadas.	99,5%	(Tempo Total no Mês - Tempo Indisponível) / (Tempo Total no Mês). Aferido pelo Fiscal Técnico.	Desconto de 1% do valor do Item 1 para cada 0,1% (ou fração) abaixo da meta, limitado a 30% do valor mensal.
IMR-02	Tempo de Restabelecimento (Falha Crítica)	Tempo máximo entre a abertura do chamado (pela PF ou detecção proativa) de interrupção total do serviço e o seu completo restabelecimento.	4 (quatro) horas	Relatórios do sistema de chamados da CONTRATADA, validados pelo Fiscal Técnico.	Desconto de 2% do valor do Item 1 por ocorrência que exceder o prazo, mais 1% por hora adicional (ou fração), limitado a 30%.
IMR-03	Canal de Atendimento 24 x 7 x 365	Disponibilidade do canal (telefônico ou portal) para abertura de chamados de suporte técnico.	100%	Aferição por amostragem (3x por mês) pelo Fiscal Técnico.	Glosa de 0,5% do valor do Item 1 por falha na amostragem.
IMR-04	Prazo de Implantação	Prazo máximo para ativação completa do serviço após emissão da OS.	30 dias corridos	Termo de Recebimento Definitivo.	Não aplicável glosa mensal. Sujeito à Sanção SAN-03 (Seção 9).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição

8.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definido na Tabela 4.

8.1.2. O Fiscal Técnico do contrato deverá apurar mensalmente:

- O cumprimento do IMR-01 (Disponibilidade) para calcular o valor base do Item 1.

- Ocorrendo falhas no IMR-02 ou IMR-03, aplicar as glosas correspondentes sobre o valor do Item 1.
- O consumo exato (minutagem) dos Itens 2 a 6, utilizando os relatórios extraídos do Portal de Gerenciamento (item 3.3).

8.1.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO não produziu os resultados acordados.

8.2. Recebimento do Objeto

8.2.1. **Recebimento Provisório:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do fechamento do período de medição, pelo Fiscal Técnico, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (aferição dos SLAs e da bilhetagem).

8.2.2. **Recebimento Definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. Procedimentos de Pagamento e Reajuste

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa (atesta da Nota Fiscal /Fatura).

8.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser detalhada, discriminando o valor do Item 1 (com eventuais glosas de SLA aplicadas) e os valores exatos dos Itens 2 a 6 (minutagem variável).

8.3.3. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados, mediante a aplicação do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI)**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme Art. 24 da IN SGD/ME nº 94/2022.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, garantido o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no Capítulo II, Título IV da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Além das glosas (descontos) previstas no IMR (Tabela 4), o CONTRATADO estará sujeito às seguintes multas e sanções:

Tabela 5: Detalhamento de Ocorrências e Sanções

ID	Ocorrência (Inexecução Parcial)	Sanção Aplicável
SAN-01	Descumprimento da meta do IMR-01 (Disponibilidade) por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) alternados.	Advertência. Na reincidência, Multa de 2% sobre o valor mensal do Item 1.
SAN-02	Descumprimento do prazo do IMR-02 (Tempo de Restabelecimento) por 3 (três) ou mais vezes no mês.	Advertência. Na reincidência, Multa de 5% sobre o valor mensal do Item 1.
SAN-03	Atraso no cumprimento do IMR-04 (Prazo de Implantação) .	Multa de 0,2% sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, limitada a 10 dias. Atraso superior autoriza a rescisão.
SAN-04	Descumprimento da obrigação de transição tarifária automática (Item 4.5.3) na data estipulada pela Anatel (31/05/2026).	Multa de 5% sobre o valor global do contrato, e obrigação de faturar todas as chamadas no DDD 67 como Locais, ressarcindo valores cobrados indevidamente.
SAN-05	Vazamento ou uso indevido de dados sigilosos da Polícia Federal (descumprimento do Item 4.6).	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 156, V, Lei 14.133).
SAN-06	Inexecução total do objeto, rescisão por culpa da CONTRATADA ou fraude contratual.	Impedimento de Licitar e Contratar (Art. 156, III, Lei 14.133) e Multa de 10% sobre o valor global do contrato.
SAN-07	Recusa injustificada em atender a uma determinação do Fiscal ou Gestor do Contrato.	Advertência. Na reincidência, Multa de 1% sobre o valor mensal do Item 1.

9.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**.

10.1.2. O critério de julgamento da proposta será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o valor total da soma dos 60 (sessenta) meses de todos os itens da Tabela 1.

10.2. Regime de Execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será por **Empreitada por Preço Unitário** (para os itens de minutagem, Itens 2-6) e **Empreitada por Preço Global** (para o Item 1, assinatura mensal).

10.3. Exigências de Habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, nos termos dos Art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. Quanto à qualificação econômico-financeira, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

10.4.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.4.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.4.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.4.3.1. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.3.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

- 10.4.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.4.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.4.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.5. Exigências de Qualificação Técnica

- 10.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação (prestação de STFC via Tronco SIP), por meio da apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 10.5.2. **(Obrigatório)** Apresentação de comprovação de **Outorga válida da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade local, longa distância nacional e longa distância internacional, na área de prestação correspondente à Região II / Setor 28 do PGO (que abrange o estado do Mato Grosso do Sul).

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Pesquisa de Preços de Referência

- 11.1.1. A estimativa de custo detalhada na Seção 1.1.4 deste documento foi fundamentada na Seção 13 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 28 /2025. Conforme o ETP, a estimativa foi baseada em uma pesquisa de preços realizada no Painel de Preços do Governo Federal e em contratos similares firmados por outros órgãos da Administração Pública, em conformidade com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022.
- 11.1.2. Os valores unitários estimados (ex: R\$ 0,04 para Local Fixo-Fixo; R\$ 0,08 para LDN Fixo-Fixo; R\$ 0,15 para Local Fixo-Móvel) são consistentes com os valores praticados em licitações de objeto similar, como o Pregão nº 5/2024 (UASG 150004) e o Pregão nº 14/2025 (UASG 783702). Tais pregões apresentaram valores medianos de R\$ 0,035 a R\$ 0,06 para Local Fixo-Fixo e de R\$ 0,08 a R\$ 0,10 para LDN Fixo-Fixo.
- 11.1.3. O valor da assinatura mensal (Item 1), que engloba o Tronco SIP de 30 canais, a faixa de 500 ramais DDR e o link de acesso dedicado, foi estimado em R\$ 2.916,00. Este valor é compatível com contratações que agregam múltiplos serviços de telefonia IP e infraestrutura de acesso.

11.2. Custo Estimado Total

- 11.2.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 519.960,00 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e sessenta reais)**, para o período de 60 (sessenta) meses, conforme custos unitários detalhados na tabela contida no item 1.1.4 acima.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 200354
 - II) Fonte de recursos: 1000000000
 - III) Programa de trabalho:
 - IV) Elemento de despesa: 33.90.39-58; e
 - V) Plano interno: PF99ON9AG26
- 12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

<p>Péricles Veloso Rodrigues</p> <p>Integrante</p> <p>Requisitante</p> <p>APF</p> <p>SIAPE 1516873</p>	<p>Gilson Machado Auerswald</p> <p>Integrante</p> <p>Técnico</p> <p>ATE</p> <p>SIAPE 1476780</p>	<p>Daiane Machado Severo dos Santos</p> <p>Integrante</p> <p>Administrativo</p> <p>AADM</p> <p>SIAPE 1477409</p>
---	---	---

<p>Autoridade Máxima da Área de TIC</p>
<p>Péricles Veloso Rodrigues</p> <p>Chefe do NTI/SR/PF/MS</p>

Campo Grande, 08 de janeiro de 2026.

Aprovo,

<p>Autoridade Competente</p>
<p>Carlos Henrique Cotta D'Angelo</p> <p>Superintendente Regional da PF no MS</p>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: TIC - Portaria de Instituição de EPC nº 143179342/2025-NTI/SR/PF/MS

PERICLES VELOSO RODRIGUES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 08:23:34.

Despacho: TIC - Portaria de Instituição de EPC nº 143179342/2025-NTI/SR/PF/MS

GILSON MACHADO AUERSWALD

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 07:36:07.

Despacho: TIC - Portaria de Instituição de EPC nº 143179342/2025-NTI/SR/PF/MS

DAIANE MACHADO SEVERO DOS SANTOS FLORES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 20:57:40.

Despacho: Superintendente Regional da PF no MS

CARLOS HENRIQUE COTTA DANGELO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 12:03:52.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - relatorios-compra-15000405900022024.zip (357.91 KB)
- Anexo II - relatorios-compra-78370206000212025-DISPENSA.zip (582.4 KB)